



GREVE DO DIA 30 DE MAIO

LIBERDADE DE ADESÃO DA FENEI/SINDEP

A FENEI/SINDEP entende que as reformas, no âmbito do quadro geral da política educativa, têm visado unicamente a diminuição das verbas orçamentais do Estado para com a educação. Assim, enumeramos algumas (das muitas medidas) tomadas pela ministra da Educação, que descredibilizam a escola pública e a educação em Portugal:

- Redução das verbas orçamentadas para as remunerações com pessoal docente;
- Falta de milhares de professores para cobrir toda a rede escolar nas necessidades educativas especiais. Por sua vez, por uma questão de colocação em concurso, imposto pelo ME, existem muitos professores não especializados a leccionarem o ensino especial;
- Encerramento de escolas do 1º ciclo, nomeadamente no interior do país;
- Transferência de competências da administração central para as autarquias no ensino básico, sem que o ME assumas responsabilidades em tutelar os aspectos pedagógicos e científicos;
- Descentralização de competências para o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular, levando à desregulação do trabalho docente através das câmaras municipais e à contratação de professores com remunerações abaixo do mínimo estabelecido para a qualidade exigida;
- Iniquidade e indignidade no actual Estatuto da Carreira Docente (ECD), violador do princípio da igualdade a todos os docentes;
- Desvalorização da função docente em prol de uma função burocrática (Professor titular);

- Imposição de um regime de quotas (1/3) na carreira de professor, que subverte o mérito profissional (mesmo os melhores classificados não progridem), por razões exclusivamente economicistas;
- Redução do vencimento dos docentes, ao estabelecer duas categorias de professores e regime de quotas. A carreira deixa de ser motivadora e apelativa;
- Descredibilização da profissão docente e injusta e infundada acusação de maus profissionais;
- Aumento de anos para a aposentação;
- Transformação do vínculo ao Estado em contratos individuais de trabalho.

Assim se compreende o descontentamento, a sensação de injustiça, de insegurança e o clima de medo em que se encontram os docentes.

A FENEI/SINDEP entende que a classe deve exercer o seu direito à indignação, protestando contra o estado caótico do ensino público em Portugal, caracterizado pela ausência de políticas educativas eficazes e pautado pelo desinvestimento na educação, através da diminuição do Orçamento Geral de Estado. Em dois anos de governação, o ME foi o ministério que mais reduziu a percentagem de verbas orçamentadas.

Ao avizinhar-se uma greve geral que, por razões diversas, tem nas centrais sindicais uma leitura diferente, a direcção da FENEI/SINDEP entende que cada professor/educador, face às suas razões e convicções próprias, é livre de aderir, uma vez que esse é um direito de protesto legítimo e público.

VAMOS ASSUMIR OS NOSSOS DIREITOS LEGÍTIMOS DE UMA DEMOCRACIA

Lisboa, 24 de Maio de 2007

O Presidente da FENEI
E Secretário-geral do SINDEP

Carlos Alberto Chagas